



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



JESUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NAS ESCOLAS RURAIS NO PIAUÍ:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Parnaíba

2025

JESUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NAS ESCOLAS RURAIS NO PIAUÍ:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Emerson Benedito Ferreira, e da coorientadora Professora Dra. Samara de Oliveira Silva.

**Parnaíba
2025**

FICHA CATALOGRÁFICA

O48e Oliveira, Jesus do Nascimento.
Educação de jovens e adultos (EJA) nas escolas rurais no Piauí:
desafios e contribuições / Jesus do Nascimento Oliveira. - 2025.
50f.: il.

Monografia (graduação) - Universidade Estadual do Piauí -
UESPI, Campus Alexandre Alves de Oliveira, Licenciatura Plena em
Pedagogia, 2025.
"Orientador: Prof. Dr. Emerson Benedito Ferreira".
"Coorientadora: Profª Dra. Samara de Oliveira Silva".

1. Educação de Jovens e Adultos. 2. Escolas Rurais. 3.
Alfabetização. I. Ferreira, Emerson Benedito. II. Silva, Samara
de Oliveira. III. Título.

CDD 374.8

JESUS DO NASCIMENTO OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NAS ESCOLAS RURAIS NO PIAUÍ:
DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí, Campus Alexandre Alves de Oliveira, como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Professor Dr. Emerson Benedito Ferreira, e da coorientadora Professora Dra. Samara de Oliveira Silva.

Monografia aprovada em 18 de junho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Emerson Benedito Ferreira (orientador)
Universidade Estadual do Piauí- campus Parnaíba

Prof. Dra. Samara de Oliveira Silva (Coorientadora)
Universidade Estadual do Piauí- campus Parnaíba

Prof. Dra. Maria Ozita de Araújo Albuquerque (avaliadora)
Universidade Estadual do Piauí- campus Parnaíba

Prof. Ma. Claudia Virginia Albuquerque Brasilino Prazim (avaliadora)
Universidade Estadual do Piauí- campus Parnaíba

A Deus, que nos criou e foi criativo nesta tarefa: seu fôlego de vida em mim foi sustento e me deu coragem para questionar realidades e sempre propor um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Deus, obrigado por orquestrar os encontros certos e as despedidas necessárias, compondo a sinfonia da minha jornada acadêmica.

Gratidão à Universidade, que me fez entender que “grupo de estudo” é um conceito muito flexível que inclui amigos, pizza e estudo.

Agradeço aos professores que me acompanharam ao longo do curso e que, com empenho, se dedicam à arte de ensinar.

À minha família que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e que, para mim, foi muito importante.

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) cumpre um papel fundamental na promoção da inclusão social e na superação do analfabetismo no Piauí, especialmente em contextos rurais, onde as desigualdades educacionais são mais evidentes. Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios e as contribuições da EJA nas escolas rurais no Piauí. De natureza bibliográfica e documental, a pesquisa examina políticas públicas e programas educacionais voltados à EJA no meio rural, complementando a análise teórica com dados secundários do INEP, IBGE e relatórios governamentais sobre matrículas, evasão escolar e infraestrutura educacional. Fundamentado em autores como Freire (1997), Arroyo (2005), Saviani (2013) e Caldart (2004), o estudo confronta esses dados quantitativos com as discussões qualitativas, identificando entraves como a carência de infraestrutura, a escassez de docentes qualificados e as dificuldades de acesso. A pesquisa também destaca iniciativas como a integração entre EJA e educação profissional, analisando criticamente sua implementação a partir de indicadores educacionais. Os resultados apontam que, embora haja avanços, persistem desafios estruturais que comprometem a eficácia da EJA, evidenciados tanto pela literatura quanto pelos dados oficiais. A valorização dos saberes locais e a participação comunitária emergem como condições essenciais para uma EJA emancipadora. Conclui-se que essa modalidade educacional requer políticas públicas articuladas com a realidade local, demonstrando a necessidade de maior investimento e de estratégias pedagógicas contextualizadas, conforme revelado pela combinação entre análise documental, dados estatísticos e referencial teórico.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; escolas rurais; alfabetização; políticas públicas; inclusão social.

ABSTRACT

Youth and Adult Education (EJA) plays a fundamental role in promoting social inclusion and overcoming illiteracy in Piauí, especially in rural contexts where educational inequalities are more pronounced. This study aims to analyze the challenges and contributions of EJA in rural schools in Piauí. Using a bibliographic and documentary approach, the research examines public policies and educational programs for rural EJA, complementing theoretical analysis with secondary data from INEP, IBGE, and government reports on enrollment, school dropout rates, and educational infrastructure. Grounded in the works of Freire (1997), Arroyo (2005), Saviani (2013), and Caltart (2004), the study contrasts quantitative data with qualitative discussions, identifying obstacles such as lack of infrastructure, shortage of qualified teachers, and access difficulties. The research also highlights initiatives like the integration of EJA with vocational education, critically analyzing their implementation based on educational indicators. Results indicate that, despite progress, structural challenges persist, undermining EJA's effectiveness a finding supported by both literature and official data. The study emphasizes the importance of valuing local knowledge and community participation as essential conditions for emancipatory EJA. It concludes that this educational modality requires public policies aligned with local realities, demonstrating the need for greater investment and contextually adapted pedagogical strategies, as revealed through the combination of documentary analysis, statistical data, and theoretical frameworks.

Keywords: Youth and Adult Education; rural schools; literacy; public policies; social inclusion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Placa do Mobral: Movimento Brasileiro de Alfabetização em Andradina (SP), no ano de 1972.....	19
Figura 2- Escola do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na Zona Rural do Rio de Janeiro em 1970.....	20
Figura 3- Evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil de 2019 a 2023.....	25
Figura 4- Distribuição das matrículas da Educação de Jovens e Adultos por zona no Brasil 2023.....	26
Figura 5- Evolução das matrículas da Educação de Jovens e Adultos por modalidade de ensino no Brasil de 2019 a 2023.....	28
Figura 6- Evolução do número de matrículas da EJA integrada a Educação Profissional no Brasil de 2019 a 2023.....	31

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 EJA – UMA VISÃO GERAL SOBRE SUA HISTÓRIA.....	13
2 MOBRAL – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO.....	18
3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ESCOLA RURAL.....	24
4 O DOCENTE DE EJA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES.....	34
4.1 A IMPORTÂNCIA DA EJA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel essencial na promoção da inclusão social e na superação do analfabetismo, especialmente em áreas rurais, onde as desigualdades educacionais são mais evidentes. A ausência de oportunidades de educação formal durante a juventude, somada às condições socioeconômicas adversas, limita o desenvolvimento pessoal e social de muitos indivíduos do campo, perpetuando ciclos de exclusão. Como destacam Freitas (2014) e Martins (2016), essa realidade é agravada por altos índices de evasão escolar e pela escassez de políticas públicas específicas para as peculiaridades do meio rural.

A EJA no Brasil representa mais do que uma política educacional, ela configura um compromisso histórico com a reparação das desigualdades sociais profundamente enraizadas. Essa responsabilidade torna-se ainda mais urgente nas áreas rurais, onde se concentram os maiores índices de exclusão educacional. Segundo dados do IBGE (2022), enquanto a taxa de analfabetismo na zona urbana é de 4,1%, nas áreas rurais esse índice sobe para 14,7%. Tal disparidade evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades do campo, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência e a qualidade do ensino.

As escolas rurais enfrentam múltiplos desafios, como infraestrutura precária, falta de recursos didáticos, escassez de formação continuada para professores e longas distâncias percorridas pelos estudantes. Além disso, muitos jovens e adultos precisam conciliar os estudos com extensas jornadas de trabalho agrícola. Nesse contexto, torna-se fundamental que os programas de EJA adotem metodologias contextualizadas, que valorizem os saberes locais e dialoguem com as culturas e realidades dos estudantes do campo.

Políticas como o Programa Brasil Alfabetizado e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária representam importantes iniciativas voltadas à integração da população rural no processo educacional, oferecendo recursos e suporte para que a alfabetização ocorra de forma eficaz, levando em conta as especificidades desse público. No entanto, a efetividade dessas políticas esbarra em diversos desafios enfrentados no cotidiano escolar. Professores frequentemente atuam sem formação adequada para lidar com as particularidades da EJA, enquanto os alunos enfrentam obstáculos como o difícil acesso às escolas, a precariedade da

infraestrutura e, em muitos casos, a desmotivação decorrente de anos de exclusão educacional. Tais condições tornam o processo de ensino e aprendizagem ainda mais complexo, exigindo metodologias adaptadas, sensibilidade pedagógica e um olhar atento às realidades locais, com o objetivo de assegurar a continuidade dos estudos e o desenvolvimento educacional dos alunos do meio rural.

A Educação de Jovens e Adultos é um dos temas centrais nas discussões educacionais contemporâneas, refletindo os desafios contínuos que o Brasil enfrenta para combater o analfabetismo. Apesar dos avanços no debate acadêmico e na formulação de políticas públicas, as metas do Ministério da Educação para essa modalidade de ensino ainda não foram plenamente atingidas. Isso reforça a importância de investigações que aprofundem a compreensão dos fatores que dificultam a alfabetização e proponham estratégias eficazes para enfrentá-los.

Este estudo busca oferecer uma contribuição teórica ao campo educacional, ao abordar as especificidades da EJA no meio rural piauiense. Ao analisar as dificuldades e as potencialidades dessa modalidade de ensino, espera-se produzir subsídios que possam orientar educadores, gestores e formuladores de políticas públicas na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis e eficazes.

A motivação para a realização desta pesquisa surgiu da percepção de que, mesmo diante de avanços legislativos e programáticos, milhares de jovens e adultos que vivem no campo continuam à margem do direito à educação. Essa realidade, observada tanto em dados estatísticos, revela uma urgência social. O desejo de compreender mais profundamente essa problemática, sobretudo no estado do Piauí e na cidade de Parnaíba é de contribuir para o fortalecimento de uma educação mais justa e acessível, orienta a presente investigação.

Diante dessa problemática quais são os principais desafios enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos nas escolas rurais do Piauí e de que maneira essa modalidade pode contribuir para a inclusão e o desenvolvimento das comunidades do campo?

Para responder a essa questão, o objetivo geral deste trabalho o objetivo geral deste trabalho é analisar os desafios e as contribuições da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas rurais do Piauí, buscando compreender de que maneira essa modalidade de ensino pode promover inclusão educacional e fomentar mudanças significativas nas realidades rurais. O estudo propõe como objetivo específico, refletir sobre a importância da EJA para a alfabetização de jovens e

adultos no contexto rural no Piauí. Analisar os desafios enfrentados por professores e alunos na implementação da EJA nas escolas rurais no Piauí. Identificar práticas pedagógicas e políticas públicas que possam ser potencializadas para melhor atender essa população.

Para desenvolver a pesquisa, será utilizada uma abordagem qualitativa, com ênfase em pesquisas bibliográficas. A base teórica será construída a partir de materiais acadêmicos, como dissertações, teses e artigos científicos, que permitirão compreender melhor os desafios enfrentados e as possíveis contribuições da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas escolas rurais.

1 EJA – UMA VISÃO GERAL SOBRE SUA HISTÓRIA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem origens que remontam ao período colonial, quando o acesso à educação era restrito, principalmente, às elites e aos interesses da Coroa portuguesa. Desde o século XVI, a maior parte dos esforços educacionais estava voltada para a catequese dos indígenas e a formação básica dos filhos dos colonizadores. Conforme destaca Gadotti (2009) os escravizados foram totalmente excluídos do processo de ensino, o que ajudou a consolidar um contexto de exclusão e desigualdade social, que ainda é visível na sociedade atual.

Segundo Pontes:

Os primeiros jesuítas chegaram ao Brasil em missão civilizatória. O ensino era feito em casas de taipas simples anexas às aldeias e, com alguma liberdade, podem ser consideradas como as primeiras escolas. Crianças, jovens e adultos aprendiam português ou espanhol (havia jesuítas espanhóis também) profissões e operações mentais básicas como contar. O teatro, o canto e outras atividades lúdicas eram usados para catequizar e também para ensinar. A educação na colônia segue, porém com gastos muito elevados, afinal era preciso conseguir remédios, comidas e roupas para os índios, entre muitos outros gastos. Sem recursos os jesuítas assumem a educação de brancos também – a determinação veio da Coroa Portuguesa. O primeiro colégio surge na Bahia, em 1564, e é mais estruturado do que as escolas dos índios propriamente ditas, pois recebe órfãos portugueses e filhos da elite colonial em regime de internato. A pedagogia dos jesuítas é consolidada. O método? Repetição, memorização e provas periódicas. Ao aluno cabe anotar tudo que o professor fala num caderno. Apesar de organizados, os colégios sofrem com problemas semelhantes ao da escola de índios. Um exemplo é a falta de professores. Uns demoram a chegar, outros morrem em naufrágios a caminho da colônia, e outros desapareciam na mata durante passeios (2024, n. p.¹).

Segundo Romanelli (1991, p. 34), o modelo de ensino oferecido pelos

¹ Não Paginado

jesuítas no Brasil estava totalmente desconectado da realidade dos indivíduos que habitavam a Colônia. Esse ensino, considerado neutro, limitava-se a proporcionar uma educação básica, sem a preocupação de preparar os alunos para o mercado de trabalho. Assim, ele não desempenhava um papel significativo nas transformações sociais e econômicas do país.

Outrossim, conforme os estudos de Lima (2014, p. 26), após a expulsão dos jesuítas em 1759, a educação destinada aos adultos só voltou a ser parte do cenário educacional brasileiro durante o período Imperial (1822-1889). A Constituição Federal de 1824 representou a primeira ação legal do Estado para garantir o direito à instrução primária gratuita para todos os cidadãos, incluindo os adultos. No entanto, apesar dessa previsão legal, na prática, a educação continuava sendo um privilégio de poucos. Logo, a implementação de uma escola de qualidade avançou de forma lenta, aparecendo nas constituições brasileiras subsequentes, como as de 1891, 1934 e a atual de 1988, que trouxe consigo a defesa de uma educação para todos. As transformações mais significativas no campo educacional só ocorreram após o fim do período imperial, com a Proclamação da República.

Ainda com base em Lima (2014), pode-se dizer que já na Primeira República (1889), o Brasil iniciou uma série de reformas educacionais. A Constituição de 1891, que foi o principal marco legal dessa fase, transferiu a responsabilidade pela educação básica para os Estados e Municípios, enquanto a União passou a ter um papel mais ativo no ensino secundário e superior. Essa descentralização da educação básica significou que as províncias e os municípios passaram a ser os principais responsáveis por esse nível de ensino. Porém, a primeira Constituição republicana não abordou de forma específica políticas para a educação de jovens e adultos. A atenção a essa modalidade educacional só surgiu após a década de 1940, quando o Brasil passou por uma série de transformações, impulsionadas pelo crescimento industrial e pelo aumento da população urbana.

Além disso, a trajetória da EJA no Brasil está intimamente ligada aos processos políticos e sociais que marcaram o país. Durante o período colonial, a educação era restrita às elites e aos interesses da Coroa portuguesa, enquanto a população escravizada e os trabalhadores rurais eram sistematicamente excluídos do acesso ao conhecimento formal (Gadotti, 2009). A Constituição de 1824, embora tenha estabelecido o direito à educação primária gratuita, não se traduziu em políticas efetivas para a população rural, mantendo altos índices de analfabetismo

no campo (Lima, 2014).

Ao analisar a literatura sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), observa-se que, desde o início, essa modalidade foi pensada como uma política pública compensatória, visando à alfabetização e escolarização dos jovens e adultos. Seu principal objetivo era inseri-los no mercado de trabalho, além de contribuir para o avanço industrial, tecnológico e urbano, especialmente a partir da década de 1930. No entanto Paiva (1973), destaca que as elevadas taxas de analfabetismo eram entendidas como um desafio para o desenvolvimento desse processo.

Em uma análise retrospectiva das políticas públicas voltadas para a educação de jovens e adultos, Di Pierro afirmam que:

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958 (*et al.*, 2001, p. 59).

Entre as primeiras ações oficiais de alfabetização no âmbito nacional mencionadas por Di Pierro, se sobressaem a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. De acordo com Paiva (1973, p. 197), a primeira tinha como propósito estimular o espírito comunitário entre os trabalhadores rurais e prepará-los para o desenvolvimento. Já a segunda, instituída em 1958: “visava ser um programa experimental voltado para a educação popular em geral”.

Como aponta Lima (2014, p. 27), apesar da intensificação das campanhas de alfabetização de adultos, que ainda empregavam métodos tradicionais de ensino, os programas implementados não alcançaram os resultados esperados. Foi somente no início da década de 1960, com o retorno dos movimentos sociais ao cenário político brasileiro, especialmente aqueles voltados para a promoção da cultura popular, que surgiu uma proposta pedagógica inovadora, capaz de transformar a educação de jovens e adultos.

Com base nos estudos de Sérgio Haddad e Maria Clara Di Pierro (2000), pode-se dizer que durante esse período, diante das altas taxas de analfabetismo e do baixo nível de escolarização da população adulta, o presidente João Goulart (1961-1964), com foco no desenvolvimento econômico e industrial, reconheceu a necessidade de uma reforma no sistema educacional do país. Entre 1959 e 1964, a educação de adultos passou a ser vista como uma ferramenta política essencial, com a missão de resgatar e valorizar o saber popular, transformando-se, assim, em um motor para um movimento mais amplo de valorização da cultura popular.

Nesse cenário, o educador Paulo Freire se destaca no contexto educacional brasileiro com uma proposta voltada para as classes populares, introduzindo um método de ensino inovador, distinto do tradicional, que já havia apresentado resultados positivos, como demonstrado no caso de Angicos. Como exemplifica Carlos Rodrigues Brandão (2006), em 1960, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, Paulo Freire e seu grupo de educadores conseguiram ensinar a leitura e a escrita a 300 trabalhadores rurais que cortavam cana-de-açúcar em apenas 45 dias. Como salienta Francisco Weffort (1967), a essa população era negada a participação na vida do país, já que os analfabetos eram considerados como:

[...] 'ignorantes' não [tinham] condições para participar livre e criticamente da democracia, não [podiam] votar nem ser votados para os cargos públicos. [...] Há, sem dúvida, uma alta correlação – particularmente no campo – entre estagnação econômica e social e analfabetismo, mas os homens das elites, responsáveis diretos pela estagnação e pela falta de escolas, traduzem esta correlação numa linguagem equívoca e falsa, [criando] uma imagem preconceituosa sobre os trabalhadores do campo e sobre todos os demais setores marginalizados do processo político. Passam a associar com muita facilidade a "ignorância", isto é, a ausência de cultura formal no estilo das classes médias e dos oligarcas, à "indolência" e à "inércia" (Weffort, p. 12, 1967).

Com o impacto positivo de sua abordagem educacional, como salientam Beluzo e Toniosso (2015), as ideias de Paulo Freire ganharam destaque em todo o Brasil. A partir disso, ele se tornou amplamente reconhecido, tanto na área de educação popular quanto no campo da educação de adultos. Seu método de alfabetização era marcado por uma perspectiva libertadora, fundamentada nos conhecimentos prévios dos alunos. Esse método valorizava a compreensão das vivências individuais e utilizava "palavras geradoras" como ponto de partida para promover a consciência crítica, permitindo que as pessoas entendessem e questionassem a própria realidade.

Com o aumento da relevância de seu trabalho educacional, Paulo Freire foi designado pelo governo federal, em 1963, para liderar o Programa Nacional de Analfabetismo e formular um Plano Nacional de Alfabetização. Nesse cenário, a educação passou a seguir novos caminhos e a ser compreendida sob diferentes perspectivas.

Ainda segundo Beluzo e Tomiosso (2015), com a implementação do regime militar em 1964, as classes populares perderam espaço, resultando na interrupção do Plano Nacional de Alfabetização. Essa ruptura também pôs fim às ações de alfabetização conduzidas por Paulo Freire. O método desenvolvido por ele, que buscava despertar a consciência crítica da população sobre sua própria realidade, ia de encontro aos interesses dos militares, que pretendiam manter a sociedade distante do pensamento crítico e focada exclusivamente na preparação para o mercado de trabalho. Importante também ressaltar neste contexto, que a ação do regime militar culminou com o exílio de Paulo Freire. Assim, os trabalhos e pensamentos de Freire acabaram sendo interrompidos pelo regime e consequentemente pelo exílio imposto.

Durante o regime ditatorial que vigorou até 1985, a educação assumiu um perfil tecnicista, com o objetivo de formar mão de obra para atender às exigências do mercado de trabalho. Nesse cenário, o foco era direcionado ao aprendizado que promovesse o interesse e a adaptação dos estudantes ao contexto profissional, reproduzindo o modelo aplicado nas fábricas e indústrias. Dessa forma, a educação transformou-se em um processo marcado pela burocratização e funcionalismo. Nesse cenário, segundo Aranha (1996), o tecnicismo, caracterizado por priorizar práticas administrativas, concentra-se nas funções de planejamento, organização, direção e controle. Essa abordagem acentua a burocratização, que, consequentemente, aprofunda a divisão do trabalho.

Nesse contexto, conforme Rangel (2011), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) foi criado em 15 de dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379, quando o governo federal assumiu o controle da alfabetização de adultos, com foco na faixa etária de 15 a 30 anos. Meses após sua fundação, foi formada a comissão responsável pela elaboração dos estatutos da instituição. Em 29 de março do mesmo ano, os estatutos do Mobral foram aprovados, conforme o Decreto nº 62.484.

No século XX, a educação de jovens e adultos ganhou maior relevância com

as campanhas de alfabetização, especialmente a partir da década de 1940. No entanto, como destaca Paiva (1973), essas iniciativas tinham um caráter instrumental, visando mais à formação de mão de obra para o mercado industrial do que ao desenvolvimento intelectual e crítico dos educandos. O método Paulo Freire, desenvolvido na década de 1960, representou uma ruptura com essa lógica, propondo uma educação libertadora baseada na realidade dos estudantes. Contudo, sua implementação foi interrompida pelo regime militar, que priorizou programas como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), de caráter tecnicista e alinhado aos interesses do Estado (Rangel, 2011).

2 MOBREAL – MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado em 1967, durante o período do regime militar, com o objetivo de combater o analfabetismo e promover a educação de jovens e adultos no Brasil, o programa durou 15 anos. A instituição surgiu como uma resposta às altas taxas de analfabetismo que representavam um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país, especialmente em um contexto de crescente industrialização e urbanização (Rangel, 2011). Instituído pela Lei nº 5.379, o Mobral tinha como meta alfabetizar jovens e adultos em idade produtiva, enfatizando a relação entre educação e trabalho. Conforme o texto da referida lei, “a finalidade do Mobral era a de proporcionar aos jovens e adultos meios para sua integração social e participação no desenvolvimento nacional” (Brasil, 1967, p. 1).

O Mobral caracterizou-se por adotar uma abordagem tecnicista, focada na capacitação funcional e na preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho. Esse modelo estava alinhado com as demandas do regime militar, que visava formar mão de obra qualificada para sustentar o processo de modernização do país. Como ressaltam os autores, “o foco do programa era suprir a carência de trabalhadores capacitados, priorizando a eficiência e a produtividade em detrimento de uma educação ampla e crítica” (Beluzo; Toniosso, 2015, p. 72). Apesar disso, o movimento enfrentou críticas por priorizar um modelo educativo instrumental, desconsiderando as necessidades sociais e culturais dos educandos. Segundo Aranha (1996, p. 45), “a ênfase excessiva na funcionalidade comprometeu a qualidade da formação oferecida, limitando seu alcance transformador”.

A proposta pedagógica do Mobral baseava-se em um currículo pré-definido e no uso de materiais didáticos padronizados, produzidos em escala nacional. O programa utilizava métodos tradicionais de ensino, centrados na memorização e na repetição, o que limitava a participação ativa dos alunos no processo educativo (Di Pierro *et al.*, 2001). Segundo Haddad e Di Pierro, “os materiais didáticos do Mobral não contemplavam a realidade dos educandos, apresentando conteúdos descontextualizados e alheios às vivências cotidianas” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 34). Essa metodologia contrastava com as propostas de Paulo Freire, que defendia uma educação dialógica e emancipatória. Como destaca Freire (1997, p. 19), “a educação deve ser um ato de conhecimento e um meio de transformação do mundo”, um princípio ausente nas práticas do Mobral.

Figura 1- Placa do Mobral: Movimento Brasileiro de Alfabetização em Andradina (SP), no ano de 1972.



Fonte: FOTOS E FATOS. Placa do Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização – em Andradina (SP), no ano de 1972. X, 14 out. 2018. Disponível em: <https://x.com/FotosDeFatos/status/1051472780942856193>. Acesso em: 18 abril 2025.

No entanto, o Mobral também alcançou resultados significativos em termos quantitativos. Durante sua existência, alfabetizou milhões de brasileiros, especialmente em áreas urbanas e rurais com pouco acesso à educação formal. Conforme Paiva (1973, p. 112), “não se pode ignorar os números alcançados pelo Mobral, que conseguiu reduzir em parte o índice de analfabetismo, mesmo com as limitações de seu modelo educativo”. Essa expansão representou um marco importante no enfrentamento do analfabetismo, mas também evidenciou as limitações de um modelo centralizado e pouco flexível. Além disso, Beluzo e Toniosso (2015, p.78) destacam que “os resultados numéricos não se traduziram em mudanças significativas na qualidade de vida ou no fortalecimento da cidadania dos educandos”.

Figura 2- Escola do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na Zona Rural do Rio de Janeiro em 1970.



Fonte: AGÊNCIA O GLOBO. Educação. *No início dos anos 70, escola do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na Zona Rural do Rio* – 06/09/1971. Acervo O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/criado-na-ditadura-por-medici-em-1970-mobral-queria-e-rradicar-analfabetismo-17468183>. Acesso em: 18 abril 2025.

Com o avançar das décadas, as críticas ao Mobral se intensificaram, levando à sua substituição pelo Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos (PNEJA) em 1985, já no contexto da redemocratização. Essa transição marcou uma mudança na abordagem da educação de jovens e adultos, incorporando princípios mais participativos e voltados para a formação cidadã. Os autores Haddad e Di Pierro (2000, p.41) destacam que “o PNEJA foi concebido com

o objetivo de superar as lacunas deixadas pelo Mobral, promovendo uma educação voltada para o fortalecimento da cidadania e da inclusão social”. Essa mudança refletiu uma visão mais abrangente, na qual a educação é percebida como um direito e um instrumento de transformação social.

Por outro lado, ao considerar os desdobramentos do Mobral, é importante destacar como ele influenciou políticas educacionais posteriores. Mesmo com suas limitações, o programa serviu como base para a formulação de novos modelos voltados à educação de jovens e adultos. Segundo Soares (2002, p.95), “as experiências acumuladas pelo Mobral contribuíram para o desenvolvimento de programas mais inclusivos e focados na realidade socioeconômica dos educandos”. Esse aprendizado demonstrou a necessidade de adaptar os métodos pedagógicos à diversidade regional do Brasil, valorizando a pluralidade cultural e o conhecimento prévio dos estudantes. Nesse sentido, Freire (1997, p. 53) reforça que “a educação não deve ser uma mera transferência de conteúdos, mas um processo de construção coletiva que respeite as particularidades dos sujeitos”.

Além disso, as discussões sobre a alfabetização no Brasil na atualidade mostram que o legado do Mobral, embora ambíguo, permanece relevante. Programas como o Brasil Alfabetizado e o próprio EJA (Educação de Jovens e Adultos) carregam influências desse movimento, ao mesmo tempo em que buscam superar suas falhas estruturais. Conforme Lima (2014, p. 67) “é fundamental revisitar a história do Mobral para compreender os desafios contemporâneos da educação de jovens e adultos, sobretudo em relação à inclusão social e à promoção da equidade”. Assim, a análise do Mobral não apenas ilumina um momento histórico, mas também orienta reflexões e práticas pedagógicas no presente.

O movimento em prol da alfabetização no Brasil, apesar dos avanços, ainda enfrenta desafios significativos no cenário contemporâneo. Nos últimos anos, a educação brasileira passou a adotar uma abordagem mais inclusiva, com ênfase na formação cidadã e no desenvolvimento integral dos indivíduos. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2003, visou uma maior abrangência na alfabetização de jovens e adultos, especialmente nas áreas rurais e periféricas, com o objetivo de combater o analfabetismo de forma mais equitativa (Brasil, 2003). Entretanto, conforme Pereira (2015, p. 112) “os resultados do Brasil Alfabetizado ainda são insuficientes para garantir a total superação do analfabetismo no país, uma vez que questões estruturais como a falta de infraestrutura e a precariedade dos materiais

didáticos ainda persistem”. Apesar disso, o programa representa uma evolução ao incorporar estratégias que visam a contextualização do conhecimento, levando em consideração as realidades locais dos educandos.

Um dos maiores desafios atuais, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, é a persistência de altas taxas de analfabetismo entre as populações de idosos e em áreas de difícil acesso, como as zonas rurais e as periferias urbanas. De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), a taxa de analfabetismo entre pessoas com 60 anos ou mais chega a 23,1%, enquanto em áreas rurais esse índice pode superar os 20%, o que representa um obstáculo persistente à plena inclusão social e à igualdade de oportunidades.

Além disso, o contexto da pandemia de COVID-19 trouxe ainda mais desafios à educação no Brasil, afetando principalmente as populações em situação de vulnerabilidade social. Estudos apontam que o fechamento das escolas e a transição para o ensino remoto agravaram as desigualdades educacionais, resultando em um aumento significativo da evasão escolar, especialmente entre jovens e adultos que necessitam de apoio contínuo para a alfabetização. Nesse sentido, Silva (2021, p. 45) enfatiza que “o impacto da pandemia nas políticas educacionais para a educação de jovens e adultos ainda precisa ser estudado com mais profundidade, mas os dados já indicam um retrocesso no alcance de metas educacionais anteriores”.

Por outro lado, o atual contexto educacional também reflete mudanças nas políticas públicas, com uma crescente ênfase no uso de tecnologias digitais como ferramentas de ensino. A implementação de programas como o EJA Digital e o uso de plataformas online visam ampliar o alcance da alfabetização de jovens e adultos, especialmente aqueles em áreas remotas. Segundo Nogueira: “a utilização de plataformas digitais como recursos de aprendizagem tem sido uma estratégia promissora para superar a barreira da distância e da falta de professores em locais isolados” (Nogueira, 2022, p. 98). Contudo, essa estratégia exige investimentos em infraestrutura tecnológica, como a disponibilização de dispositivos eletrônicos e internet de qualidade, além de capacitação para os educadores, o que ainda é um desafio em diversas regiões do Brasil.

Em consonância com as novas diretrizes, o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece metas específicas para a

erradicação do analfabetismo e a ampliação do acesso à educação de qualidade para jovens e adultos. Entre suas diretrizes, destaca-se o foco na ampliação da oferta de educação básica para jovens e adultos em territórios rurais e indígenas, uma área historicamente negligenciada. Apesar das metas ambiciosas do PNE, a realidade é que o Brasil ainda lida com uma grande disparidade educacional, como aponta Almeida: “os dados do Censo Escolar ainda revelam uma desigualdade na distribuição de recursos e no acesso à educação de qualidade, o que coloca em risco o alcance das metas estabelecidas pelo PNE” (Almeida, 2023, p. 203).

Entretanto, é importante reconhecer que os avanços no campo da alfabetização de jovens e adultos não são irrelevantes. O recente aumento no número de matrículas no EJA (Educação de Jovens e Adultos) e a diversificação das modalidades de ensino, com a introdução de cursos técnicos e de qualificação profissional, têm proporcionado novas oportunidades de inclusão social e melhoria da qualidade de vida para milhares de brasileiros. Conforme Lima (2019, p. 112) “as políticas de educação de jovens e adultos que incluem a oferta de cursos profissionalizantes têm mostrado resultados positivos ao integrar a educação básica com a formação para o mercado de trabalho”.

Embora o Mobral tenha sido alvo de críticas e limitações ao longo do tempo, seu legado ainda ecoa nas políticas educacionais contemporâneas. Programas e iniciativas públicas buscam superar as falhas do modelo de alfabetização implementado naquela época, com foco na ampliação do acesso à educação e na redução das desigualdades educacionais. Apesar da diminuição das taxas de analfabetismo desde a década de 1960, a persistente desigualdade educacional e a necessidade de uma educação que considere as diversidades culturais e socioeconômicas dos educandos permanecem questões fundamentais no debate atual sobre a educação no Brasil.

Embora o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) tenha alcançado resultados expressivos em termos quantitativos, alfabetizando milhões de brasileiros, sua proposta pedagógica foi amplamente criticada pelo viés tecnicista e pela ênfase funcionalista atribuída à educação. Como apontam Haddad e Di Pierro (2000, p. 34), “os materiais didáticos do Mobral não contemplavam a realidade dos educandos, apresentando conteúdos descontextualizados e alheios às vivências cotidianas”. Esse legado reforça a importância de construir programas educacionais que integrem as dimensões sociais, culturais e econômicas das populações

atendidas, com o objetivo de promover uma educação que seja realmente transformadora.

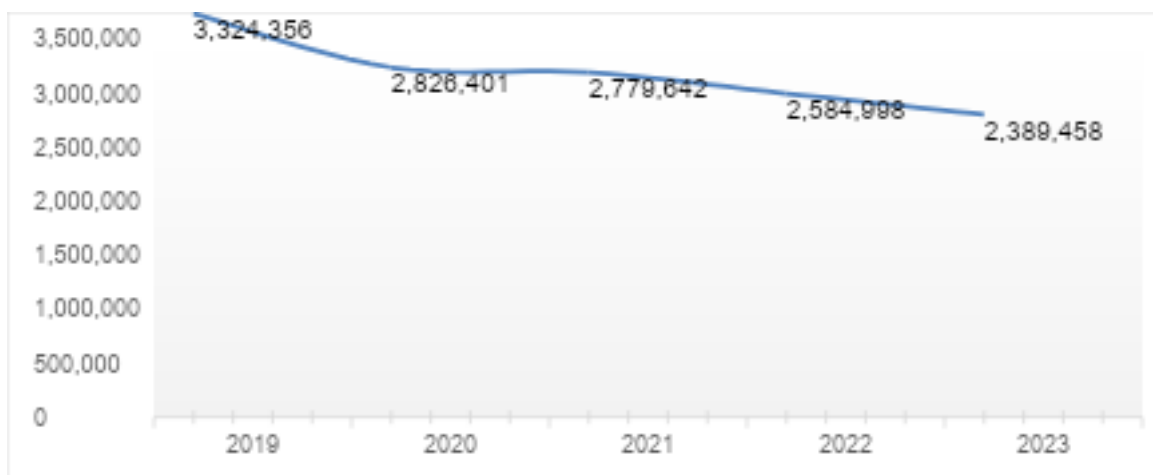
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A ESCOLA RURAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que visa garantir o direito à educação para aqueles que, por diversos motivos, não tiveram acesso ou continuidade nos estudos durante a infância e adolescência. Como afirma Paulo Freire (1997), a educação é um ato político e deve ser entendida como um instrumento de libertação e transformação social. Muitos indivíduos, impulsionados pelas exigências do mercado de trabalho e pela dinâmica da sociedade capitalista, interromperam seus estudos e, posteriormente, retomam a trajetória escolar na tentativa de reconstruir oportunidades perdidas ao longo do tempo. É justamente para atender a esse segmento da população que se configura a Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme previsto na Lei nº 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

De acordo com o artigo 37 da referida legislação, a EJA se destina às pessoas que não puderam ingressar ou concluir o ensino fundamental e médio na idade considerada adequada. A lei também determina que os sistemas de ensino garantam, de forma gratuita, a oferta educacional para esses sujeitos, considerando suas particularidades, interesses, realidades de vida e de trabalho. Além disso, cabe ao Estado implementar políticas que favoreçam o acesso e a permanência dos trabalhadores na escola por meio de ações articuladas e complementares (BRASIL, 1996).

Apesar das garantias legais, a EJA ainda enfrenta inúmeros obstáculos para cumprir sua função social de forma plena, sobretudo no que diz respeito à promoção da dignidade e ao desenvolvimento integral dos sujeitos que dela necessitam. No Brasil, a EJA assume um papel fundamental na redução do analfabetismo e na promoção da inclusão social, especialmente em regiões onde as desigualdades educacionais são mais evidentes. Apesar de sua importância, a EJA vem enfrentando um declínio nas matrículas em âmbito nacional, o gráfico presente na figura 3 evidencia a redução das matrículas nas escolas públicas entre 2019 e 2023, segundo dados do Censo Escolar do Ministério da Educação (INEP, 2023).

Figura 3- Evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos no Brasil de 2019 a 2023



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

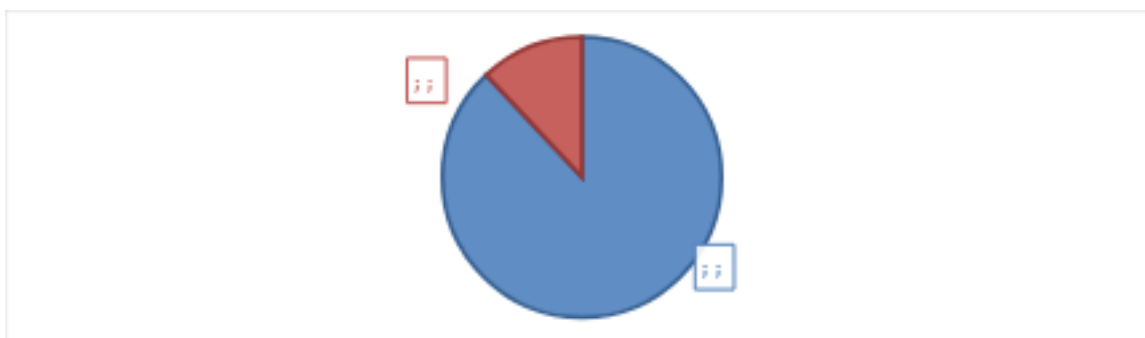
Esse cenário reflete, entre outros fatores, a falta de políticas públicas contínuas para a valorização da modalidade e a ausência de estratégias eficazes para garantir a permanência dos alunos. Dados do Censo Demográfico do IBGE (2022), indicam que o Brasil ainda apresenta elevados índices de analfabetismo funcional entre a população com 15 anos ou mais, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. No Piauí, por exemplo, a taxa de analfabetismo nessa faixa etária chega a 14,3%, acima da média nacional, que é de 7%. Esses números demonstram a urgência de políticas públicas voltadas à alfabetização e escolarização de jovens e adultos, sobretudo em áreas rurais, onde a precariedade das condições educacionais é ainda mais acentuada.

No Brasil, a educação rural sempre foi marcada por desigualdades históricas, reflexo de um processo de desenvolvimento que priorizou as áreas urbanas em detrimento do campo. Essa exclusão educacional no meio rural persiste até os dias atuais, refletindo-se nos principais indicadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). De acordo com o Censo Escolar do INEP (2023), dos 2,5 milhões de

matrículas na EJA em todo o país, apenas cerca de 12% estão localizadas em áreas rurais, enquanto a maior parte concentra-se nas zonas urbanas. Essa discrepância evidencia a baixa cobertura da modalidade no campo, sinalizando uma profunda desigualdade no acesso à educação para as populações rurais.

Essa realidade pode ser visualizada no gráfico apresentado a seguir na figura 4, que apresenta a distribuição das matrículas da EJA por zona (urbana e rural) no Brasil em 2023. Observa-se, de forma clara, o predomínio da matrícula urbana, reforçando a urgência de políticas públicas mais equitativas e territorialmente sensíveis, capazes de atender às demandas específicas das comunidades rurais.

Figura 4- Distribuição das matrículas da Educação de Jovens e Adultos por zona no Brasil 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

No contexto rural, essa modalidade enfrenta desafios ainda mais complexos, como o isolamento geográfico, a falta de infraestrutura e a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho no campo. Para Arroyo (2017), essa ausência não é aleatória: trata-se de uma negligência sistemática do Estado com os sujeitos do campo, cujas especificidades são ignoradas pelas políticas públicas que muitas vezes reproduzem modelos urbanos de educação.

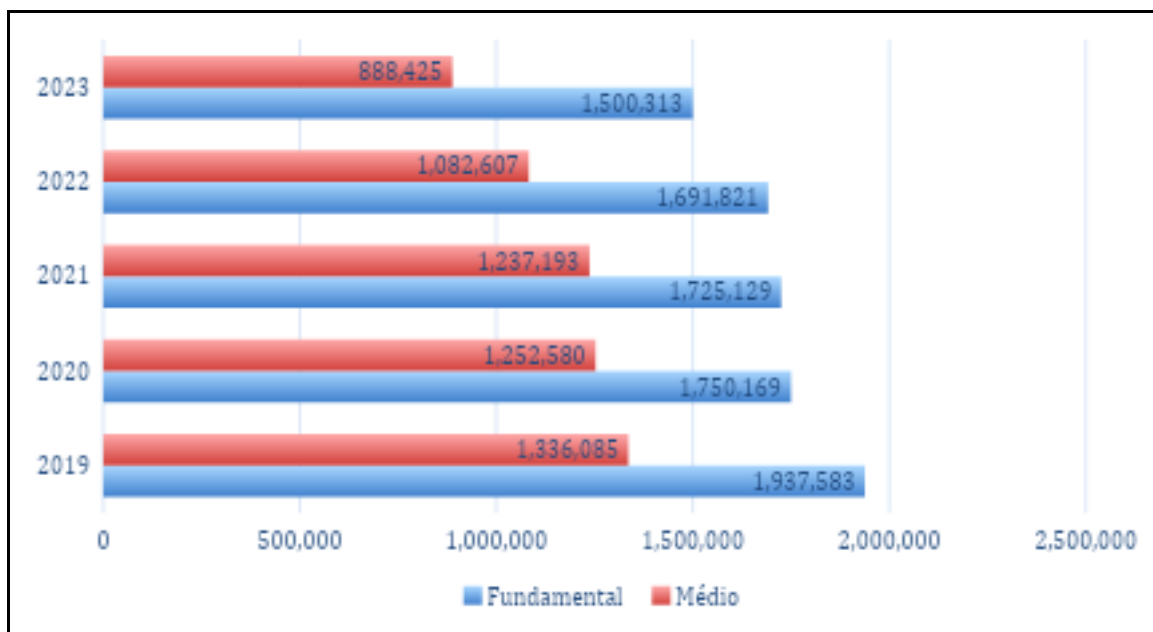
No caso do Piauí, o quadro é ainda mais preocupante, dados da Seduc-PI (2023) mostram que das 355 escolas da rede estadual que ofertam EJA integrada à educação profissional, apenas 15 estão situadas na zona rural. Essa disparidade reforça a ideia de que, mesmo com avanços pontuais, ainda há uma centralização da oferta educacional nas áreas urbanas. Segundo o Relatório Técnico do Censo Escolar (INEP, 2023), a taxa de permanência dos alunos da EJA no Piauí ainda é inferior a 50%, sendo a evasão um dos grandes desafios da modalidade. No estado

do Piauí, e mais especificamente na cidade de Parnaíba, a EJA rural apresenta particularidades que merecem atenção, especialmente sob a perspectiva de um estudante de Pedagogia que busca compreender e contribuir para a melhoria dessa realidade.

No contexto da EJA, a modalidade de Ensino Fundamental apresenta um número superior de matrículas em comparação ao Ensino Médio. Essa diferença pode ser explicada por diversos fatores, como o histórico de evasão escolar precoce, as dificuldades de acesso à educação na infância e adolescência, e a necessidade de correção do fluxo escolar. A maioria dos jovens, adultos e idosos que retorna aos estudos o faz, inicialmente, com o objetivo de concluir o Ensino Fundamental, etapa básica para o exercício pleno da cidadania e para a inserção no mundo do trabalho.

Essa tendência pode ser observada no terceiro gráfico da figura 5, que apresenta a evolução das matrículas da EJA por nível de ensino entre os anos de 2019 e 2023. Nota-se uma persistente predominância do Ensino Fundamental ao longo do período analisado, embora ambos os níveis apresentem queda no número total de matrículas. Tal redução pode estar associada a uma combinação de fatores como o envelhecimento da população, a descontinuidade de políticas públicas voltadas para a EJA, a pouca valorização da modalidade e a ampliação da escolarização nas gerações mais jovens. Esses dados demonstram que, apesar da importância da EJA para a garantia do direito à educação, a modalidade ainda enfrenta sérios desafios estruturais, especialmente nas áreas rurais, mas também se configura como uma importante ferramenta de transformação social e valorização das comunidades locais.

Figura 5- Evolução das matrículas da Educação de Jovens e Adultos por modalidade de ensino no Brasil de 2019 a 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Entretanto, ainda hoje, muitas unidades escolares localizadas em zonas rurais enfrentam problemas como a falta de energia elétrica, água potável, transporte escolar e materiais didáticos. Além disso, a distância entre as comunidades rurais e os centros urbanos dificulta o acesso dos estudantes às escolas, especialmente para aqueles que precisam conciliar os estudos com o trabalho no campo. Outro fator que fragiliza a EJA rural é a escassez de infraestrutura adequada. Como destaca Caldart (2004), a escola do campo precisa ser pensada a partir das realidades e necessidades das populações que nela vivem. Haddad e Di Pierro (2000) destacam que a Educação de Jovens e Adultos no meio rural demanda políticas públicas específicas, que levem em conta as particularidades dessas regiões, como a necessidade de flexibilização dos horários escolares e a garantia de transporte adequado para os estudantes.

A formação dos professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um aspecto fundamental para a qualidade do ensino, especialmente no contexto rural. De acordo com Oliveira e Araújo (2019), muitos educadores são alocados para essa modalidade sem formação específica, o que compromete tanto a prática pedagógica quanto o vínculo com os estudantes. Essa deficiência formativa é agravada pela alta rotatividade docente, motivada por condições precárias de trabalho e pela ausência de incentivos para atuação em áreas remotas. Freire (1996) argumenta que o educador da EJA deve ser, antes de tudo, um mediador sensível às vivências e ao contexto do educando, sendo a escuta e o respeito à

experiência do aluno elementos centrais no processo educativo. Complementando essa perspectiva, o próprio Freire (1997) defende que a formação docente precisa ser contínua e contextualizada, considerando os saberes prévios e as realidades socioculturais dos alunos. Nesse mesmo sentido, Haddad e Di Pierro (2000) reforçam a importância de políticas públicas específicas voltadas para os docentes da EJA, com ênfase na formação continuada e na valorização profissional, de modo que os conteúdos curriculares sejam integrados à realidade local dos educandos.

Apesar dos desafios, há iniciativas nacionais que buscam ampliar o acesso à educação no campo, como o Brasil Alfabetizado e o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Esses programas promovem a alfabetização e a escolarização de jovens e adultos, além de integrar a educação básica com formação profissional por meio de cursos técnicos e de qualificação. No entanto Lima (2014), discute sobre as dificuldades para alcançar comunidades rurais isoladas, devido à falta de investimentos em infraestrutura, materiais didáticos precários e uma articulação insuficiente entre políticas educacionais e demandas locais. Gadotti (2003) reforça que a educação popular deve ser um processo coletivo, construído com o envolvimento ativo dos participantes. Assim, políticas públicas voltadas à EJA no meio rural precisam ser elaboradas em diálogo com as comunidades, considerando suas necessidades e potencialidades para superar as limitações atuais.

Um exemplo relevante de estudo sobre a EJA rural no Brasil é o trabalho de Costa (2021), que analisa a história e a memória das escolas rurais no município de Santana do Araguaia, no Pará. O autor destaca a importância de resgatar as experiências educacionais no campo, valorizando a memória das comunidades rurais e suas lutas por acesso à educação. O autor argumenta que a EJA rural deve ser compreendida não apenas como uma ação compensatória, mas como um espaço de resistência e afirmação de identidades, reforçando a necessidade de políticas públicas que considerem as especificidades e potencialidades locais.

Além disso, Freitas, Silva e Cabral (2020 p. 25) discutem a integração da EJA com a educação do campo, destacando a importância de uma abordagem que considere as especificidades das populações rurais. Segundo os autores: “a educação de jovens e adultos no campo deve ser pensada de forma integrada, promovendo não apenas a alfabetização, mas também o desenvolvimento comunitário e a valorização dos saberes locais”. Essa perspectiva reforça a

necessidade de políticas públicas que articulem a EJA com as demandas das comunidades rurais, promovendo uma educação mais inclusiva e transformadora.

O Piauí é um estado marcado por contrastes sociais e econômicos, com uma população rural significativa que enfrenta dificuldades históricas no acesso à educação. Segundo dados do IBGE (2020), o estado possui uma das maiores taxas de analfabetismo do país, atingindo 16,6% da população com 15 anos ou mais, percentual que é ainda mais elevado na zona rural. Na cidade de Parnaíba, localizada no litoral piauiense, a realidade não é muito diferente. Apesar de ser um polo econômico e educacional na região, a zona rural do município ainda carece de políticas públicas efetivas para garantir uma educação de qualidade para jovens e adultos. Como ressalta Arroyo (2005), a EJA no campo é frequentemente negligenciada pelas políticas educacionais, o que reforça a exclusão social e a marginalização dessas populações. A falta de infraestrutura, a escassez de professores qualificados e a dificuldade de acesso às escolas são alguns dos principais obstáculos para a efetivação da EJA no estado.

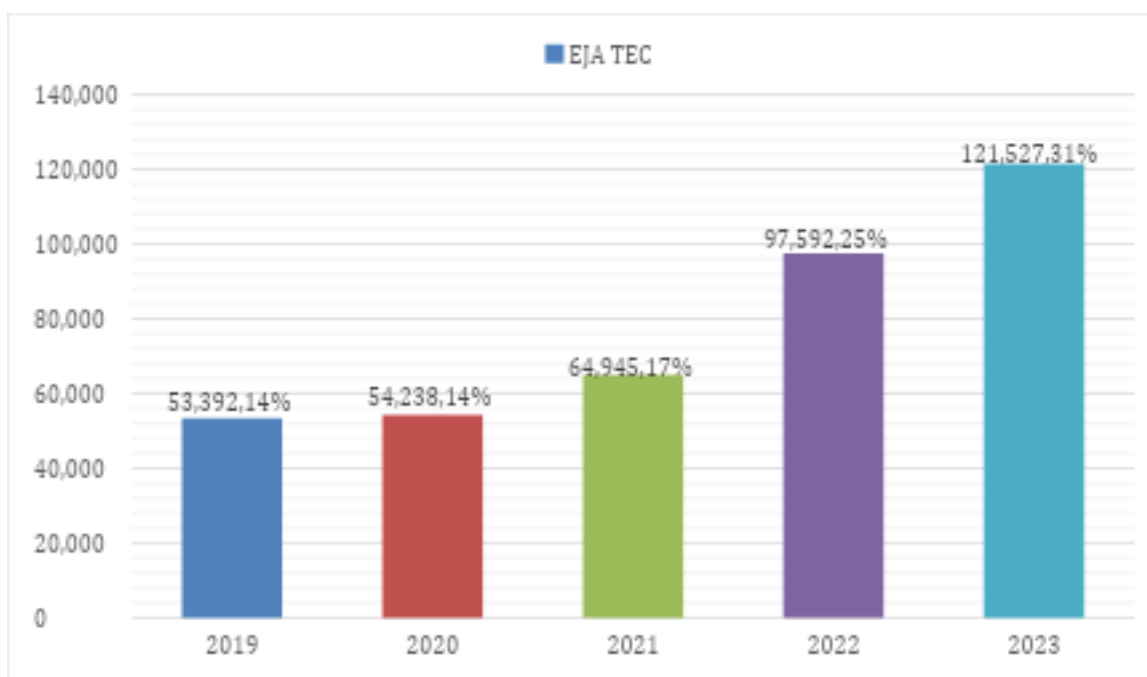
O Piauí têm buscado ampliar o acesso à educação no campo com o desenvolvimento agrícola e de geração de renda. Em 2024, o estado implementou uma iniciativa estratégica para fortalecer a permanência de estudantes na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por meio de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc-PI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), foram ofertados cursos de qualificação profissional para 1.125 alunos matriculados na modalidade. Atualmente, o projeto está em execução, com 75 turmas distribuídas em 40 escolas da rede estadual, alcançando as 21 Gerências Regionais de Educação (GREs). Essa estratégia tem como objetivo motivar os estudantes a permanecerem nas aulas, uma vez que os cursos oferecidos facilitam sua inserção no mercado de trabalho e incentivam o empreendedorismo (Piauí, 2023).

O Piauí destaca-se como o único estado do Brasil a atingir a Meta 10 do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de Educação Profissional integrada à EJA. Recentemente, a Seduc expandiu o programa para incluir os alunos do AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos), visando estimular aqueles matriculados no I segmento (Ciclo de Alfabetização) a continuarem seus estudos.

Posteriormente, gráfico apresentado na figura 6 ilustra a evolução das matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada à Educação

Profissional no Brasil, no período de 2019 a 2023. A análise dos dados revela um crescimento consistente nas matrículas, refletindo o esforço contínuo de estados como o Piauí para ampliar a oferta de educação de qualidade para jovens e adultos, especialmente nas áreas rurais.

Figura 6- Evolução do número de matrículas da EJA integrada à Educação Profissional no Brasil de 2019 a 2023.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A constante evolução das matrículas na EJA integrada à Educação Profissional demonstra que, apesar dos desafios históricos, há uma crescente valorização da educação como ferramenta de transformação social e econômica, especialmente no contexto rural. Esses dados refletem o impacto positivo das políticas públicas no Piauí, evidenciando a importância da continuidade e da expansão dessas iniciativas, que são fundamentais para reduzir as desigualdades

educacionais no estado e no país. No ano de 2023, o programa EJA TEC estava presente em 64 escolas da rede estadual do Piauí, beneficiando mais de 26 mil estudantes com 20 cursos em áreas como gestão, saúde e tecnologia da informação. Em 2024, houve uma ampliação significativa, passando de 64 para 355 escolas com oferta de EJA integrada à Educação Profissional. Desse total, 15 unidades estão localizadas na zona rural, garantindo que os estudantes dessas áreas também tenham acesso à formação profissionalizante (Piauí, 2023).

Na cidade de Parnaíba, localizada no litoral piauiense, a EJA rural enfrenta desafios específicos, mas também apresenta potencialidades que merecem destaque. Para compreender a EJA no contexto rural de Parnaíba, é preciso considerar o perfil dos estudantes, muitos são trabalhadores rurais, agricultores familiares ou pescadores, que precisam conciliar os estudos com longas jornadas de trabalho. A falta de tempo e de incentivo familiar são fatores que contribuem para a evasão escolar, um problema recorrente na EJA, além disso, a oferta de vagas é limitada, e muitas vezes os estudantes precisam se deslocar para a zona urbana para estudar, o que nem sempre é viável. Nesse cenário, a escola rural assume um papel fundamental, não apenas como espaço de aprendizagem, mas também como um local de acolhimento e integração com a comunidade. Como destaca Haddad e Di Pierro (2000), a EJA deve ser pensada como uma educação integral, que considere as dimensões culturais, sociais e econômicas dos estudantes.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) na zona rural de Parnaíba, no Piauí, enfrenta desafios multifacetados que impactam diretamente a qualidade e a eficácia do ensino oferecido. Um estudo conduzido por Dias, Veras e Braga (2022) analisou as características das escolas multisseriadas de EJA nessa região, destacando a complexidade dessas instituições. Essas escolas atendem a um público diversificado em termos de idade, gênero e trajetórias de vida, operando em um contexto de exclusão social e com infraestrutura inadequada. Os educadores, embora comprometidos, frequentemente trabalham sem as condições apropriadas, o que compromete o processo educativo.

Um dos grandes desafios da EJA rural em Parnaíba é a falta de professores qualificados e de materiais didáticos adequados à realidade local. Muitas vezes, os conteúdos curriculares não dialogam com o cotidiano dos estudantes, o que pode desmotivá-los. Nesse sentido, Freire (1997) defende que a educação deve partir da realidade do educando, valorizando seus conhecimentos prévios e suas

experiências de vida. Aulas que abordem técnicas de agricultura sustentável, gestão de pequenos negócios ou mesmo noções básicas de cooperativismo podem ser mais atraentes e úteis para os alunos rurais. Além disso, é fundamental que os professores estejam preparados para lidar com as especificidades da EJA, o que requer uma formação continuada e um olhar sensível às demandas da comunidade.

A prática docente na EJA rural de Parnaíba também apresenta particularidades significativas. França (2021) investigou as experiências de professores nessa modalidade de ensino, revelando que muitos enfrentam desafios relacionados à formação continuada e à reflexão sobre suas práticas pedagógicas. A pesquisa enfatiza a necessidade de estratégias que promovam uma aprendizagem significativa, considerando as especificidades dos alunos da EJA.

Apesar dos desafios, há iniciativas que merecem destaque, em Parnaíba, algumas escolas rurais têm desenvolvido projetos interessantes, como a integração entre a EJA e atividades produtivas locais, promovendo uma educação mais significativa e conectada com a realidade dos estudantes, das 20 escolas municipais que ofertam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), apenas 3 estão localizadas na zona rural. Já na rede estadual, das 13 escolas que oferecem a modalidade, somente 1 está situada em área rural. Essas experiências evidenciam que, com políticas públicas adequadas e o engajamento da comunidade, é possível transformar a realidade da EJA no campo. Gadotti (2003) enfatiza que a educação popular deve ser compreendida como um processo coletivo, no qual é fundamental a participação ativa dos sujeitos envolvidos. Nesse contexto, a integração de práticas educacionais com atividades produtivas locais pode tornar a educação mais significativa e alinhada com a realidade dos estudantes. Isso reflete a importância de políticas públicas adequadas e do engajamento comunitário para transformar a realidade da EJA no campo.

Iniciativas como o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos) têm sido implementadas em Parnaíba com o objetivo de promover a inclusão e a cidadania. Atividades como desfiles cívicos, solenidades de formatura e projetos ambientais são exemplos de ações que buscam integrar os alunos da EJA à comunidade e valorizar sua participação ativa na sociedade.

Além disso, a história da EJA em Parnaíba é marcada por iniciativas que visam a inclusão e a cidadania. Aragão (2013) analisou a trajetória da Escola

Municipal Frei Anastácio entre 1978 e 2012, destacando a importância do ensino de História na formação crítica de jovens e adultos. O estudo aponta que, apesar dos desafios, a EJA tem potencial para transformar vidas e promover a participação ativa na sociedade.

No entanto, os desafios persistem. Silva *et al.*, (2020) identificaram que os alunos da EJA, em Parnaíba, enfrentam dificuldades que vão desde o abandono escolar precoce até a falta de estímulo para retornar aos estudos. A pesquisa sugere que melhorias no cenário educacional da EJA devem focar não apenas na qualificação para o mercado de trabalho, mas também no crescimento pessoal e na elevação da autoestima dos estudantes.

Em síntese, a Educação de Jovens e Adultos no contexto rural brasileiro, e especialmente no Piauí e em Parnaíba, reflete os desafios e as potencialidades da educação no campo, enfrenta desafios significativos relacionados à infraestrutura, formação docente e engajamento dos alunos. A atuação nesse contexto exige não apenas conhecimento teórico, mas também sensibilidade e compromisso com a realidade local. Os investimentos na EJA rural são necessários para garantir o futuro de comunidades inteiras, promovendo não apenas a alfabetização, mas também a cidadania e o desenvolvimento sustentável, iniciativas locais apontam para o potencial transformador dessa modalidade de ensino. O caminho é longo e cheio de obstáculos, mas com dedicação e políticas públicas adequadas, é possível construir uma educação rural mais justa e inclusiva.

4 O DOCENTE DE EJA NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES

A atuação do docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é marcada por desafios complexos e também por diversas possibilidades que exigem uma formação pedagógica específica e um olhar sensível às particularidades dos estudantes. Conforme Paulo Freire (1997), o professor da EJA deve se posicionar como um mediador que valoriza os saberes prévios dos educandos, promovendo uma educação dialógica e emancipatória. Essa abordagem é essencial, pois os estudantes da EJA trazem consigo experiências de vida frequentemente marcadas pela exclusão educacional e social, o que exige uma prática pedagógica que reconheça e respeite suas histórias de vida, suas vivências e suas culturas. Freire (1997) afirma que a educação é um processo de transformação que começa com as

peessoas, sendo elas responsáveis pela mudança no mundo. Nesse sentido, ele destaca que a educação deve ser vista como um meio para o desenvolvimento individual e coletivo, capacitando os sujeitos a promoverem transformações em suas realidades e na sociedade.

O perfil do docente da EJA é único, pois ele lida com turmas extremamente heterogêneas, compostas por jovens e adultos com trajetórias de vida diversas, diferentes níveis de escolaridade e variadas motivações para retomar os estudos. Arroyo (2017) destaca que o docente da EJA desempenha um papel fundamental como educador popular, reconhecendo e valorizando os saberes e a cultura dos educandos, defendendo que a educação na EJA deve ser contextualizada, com o objetivo de promover uma aprendizagem significativa, que respeite as diversas trajetórias de vida e as motivações dos estudantes. Essa pluralidade exige do docente uma postura flexível, empática e criativa, capaz de adaptar suas metodologias às necessidades e realidades dos estudantes, respeitando as diversas formas de aprender e os ritmos individuais de cada aluno. Para Freire (1997), a prática pedagógica da EJA deve ser fundamentada em uma abordagem problematizadora, que parte dos problemas reais dos educandos e integra seus saberes e experiências ao processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, o docente da EJA precisa de uma formação sólida e contínua, especialmente em relação às especificidades dessa modalidade de ensino. Infelizmente, nem todos os professores chegam à EJA com a preparação necessária. Muitas vezes, esses docentes não receberam formação específica durante a graduação, o que pode comprometer a qualidade do ensino e a efetividade das estratégias pedagógicas adotadas. Haddad e Di Pierro (2000) ressaltam que a formação docente voltada para a Educação de Jovens e Adultos deve considerar as particularidades dessa modalidade de ensino, como a diversidade das turmas, a necessidade de um currículo flexível e a valorização dos saberes locais. Essa abordagem contribui para uma prática pedagógica mais adequada às realidades dos educandos e às demandas sociais em que estão inseridos. Segundo Day (2012), a Educação de Jovens e Adultos pode ser compreendida como um espaço de construção da autonomia dos educandos, no qual os professores têm o papel de estimular a participação crítica e ativa dos estudantes, auxiliando-os no desenvolvimento de habilidades transformadoras e no fortalecimento de sua capacidade de agir sobre a própria realidade.

Um dos grandes desafios enfrentados por esses profissionais é o trabalho com turmas multisseriadas, realidade especialmente comum em zonas rurais e em escolas com baixa oferta de profissionais. Nessas turmas, o professor precisa planejar aulas que atendam diferentes faixas etárias e níveis de aprendizado simultaneamente, o que demanda uma grande capacidade de organização e adaptação. De acordo com Caldart (2004), a escola do campo, onde muitas dessas turmas estão inseridas, deve ser pensada a partir das especificidades das populações locais, o que inclui a superação da estrutura tradicional e seriada da organização escolar.

Além disso, há carência de infraestrutura nas escolas, principalmente naquelas situadas em áreas periféricas e rurais. Muitas escolas não dispõem de recursos básicos, como energia elétrica, água potável, transporte escolar e materiais didáticos, o que prejudica o trabalho do professor e, conseqüentemente, a aprendizagem dos estudantes. Além disso, a distância entre as comunidades rurais e os centros urbanos pode dificultar a continuidade e a eficácia do trabalho docente. A ausência de acesso contínuo à formação continuada também impacta negativamente o desempenho dos professores, limitando o desenvolvimento de novas abordagens pedagógicas. Como aponta Freire (1997), a educação só pode cumprir seu papel transformador quando se estabelece um diálogo genuíno com as condições de vida dos sujeitos, promovendo um ensino contextualizado e socialmente comprometido.

Outro fator que contribui para as dificuldades dos docentes da EJA é a alta rotatividade de professores, especialmente em áreas mais distantes e carentes. A falta de uma infraestrutura adequada, a necessidade de conciliar a atividade docente com outras funções e a escassez de incentivos acabam contribuindo para que muitos profissionais deixem suas funções, o que prejudica a continuidade dos projetos pedagógicos. A construção de vínculos entre professores e alunos, essencial para o sucesso da educação na EJA, também sofre com esse alto índice de rotatividade. A aprendizagem se torna fragmentada, dificultando o desenvolvimento de um ambiente de confiança e colaboração. O sociólogo Durkheim (2001) em sua obra sobre a educação, salienta que o vínculo afetivo entre aluno e educador é fundamental para o sucesso do processo pedagógico, reforçando que a estabilidade no corpo docente é um fator determinante para a criação de um ambiente educativo saudável e eficaz.

Em relação à formação contínua, muitos professores da EJA não têm acesso a cursos de capacitação específicos para essa modalidade, o que limita sua capacidade de inovar e adaptar suas práticas pedagógicas. Freire (1997) ressalta que a formação docente precisa ser permanente e contextualizada, considerando as vivências, os saberes e a realidade sociocultural dos educandos. Nesse contexto, é fundamental que as políticas públicas invistam na formação e valorização dos docentes da EJA, oferecendo acesso a cursos e programas de capacitação adequados, além de condições de trabalho mais dignas e um maior reconhecimento social. O pedagogo Saviani (2013) também contribui com a ideia de que a formação continuada dos professores é imprescindível para que se possam incorporar as inovações pedagógicas necessárias e atender às especificidades da EJA de forma eficiente, complementando ao afirmar que a formação específica deve incluir conhecimentos pedagógicos, sociológicos e históricos que contemplem a complexidade dessa modalidade.

Porém, apesar dos desafios, existem diversas possibilidades de atuação inovadoras e transformadoras para os docentes da EJA. Programas de formação continuada, como o Proformação e o Parfor, têm buscado capacitar os professores para atuarem de maneira mais eficaz nesse campo, oferecendo ferramentas pedagógicas e metodológicas específicas. Além disso, iniciativas como a integração entre a EJA e a educação profissional, como o exemplo do programa EJA TEC, que ocorre no Piauí, proporcionam novas perspectivas aos docentes, permitindo que atuem de forma interdisciplinar, com a possibilidade de não apenas alfabetizar, mas também qualificar profissionalmente os estudantes. Esses programas abrem portas para que os educadores não apenas cumpram uma função pedagógica, mas também incentivem a autonomia dos alunos, tornando a educação mais próxima às suas realidades e necessidades de inserção no mercado de trabalho. A crítica de Gandin (2015) sobre a necessidade de um currículo flexível e inclusivo para a EJA é um ponto importante, pois destaca a importância de integrar conhecimentos e habilidades práticas com uma base teórica sólida, favorecendo o desenvolvimento integral do educando.

Outro avanço relevante é a utilização de metodologias ativas e tecnologias digitais na EJA. Nogueira (2022) destaca que a utilização de plataformas digitais como recursos de aprendizagem tem se mostrado uma estratégia eficaz para superar desafios como a distância e a escassez de professores em áreas isoladas.

No entanto, essa abordagem requer significativos investimentos em infraestrutura tecnológica, como a disponibilização de dispositivos eletrônicos e o aumento do acesso à internet de qualidade, além da capacitação adequada para os educadores, um desafio ainda presente em várias regiões do Brasil. A adaptação dos docentes ao uso de novas tecnologias é um caminho importante para a inclusão digital e para o enfrentamento das desigualdades educacionais.

Neste contexto, o filósofo Edgar Morin (2000) destaca que a educação precisa preparar os alunos para viver em um mundo caracterizado pela complexidade, onde a compreensão das tecnologias e sua utilização de forma apropriada é essencial. Dessa forma, as tecnologias digitais podem se tornar ferramentas poderosas para a EJA, desde que aplicadas de maneira significativa e contextualizada. Além das tecnologias digitais, destaca-se a importância da adoção de novas metodologias de ensino, voltadas para a valorização da experiência do educando e para o desenvolvimento de competências práticas e significativas. A metodologia problematizadora, por exemplo, defendida por Freire (1997), parte dos problemas reais dos alunos para construir o conhecimento de forma crítica e contextualizada. Essa abordagem permite que os conteúdos escolares façam sentido na vida dos estudantes, articulando teoria e prática de maneira dinâmica e transformadora.

Outra possibilidade metodológica eficaz na EJA é a aprendizagem baseada em projetos (ABP), que incentiva a investigação, o trabalho em grupo e a resolução de problemas concretos. Por meio dessa metodologia, os estudantes tornam-se protagonistas de sua aprendizagem, desenvolvendo autonomia, criatividade e senso crítico. Segundo Moran (2015), a ABP é eficaz para adultos, pois respeita o ritmo individual e favorece a aplicação prática dos conteúdos, aproximando a escola da vida cotidiana.

Também é relevante mencionar a utilização da pedagogia de projetos, que tem ganhado espaço na EJA ao permitir que os temas geradores partam do interesse dos estudantes, promovendo um aprendizado colaborativo e interdisciplinar. De acordo com Hernández (1998), essa abordagem rompe com a fragmentação dos conteúdos escolares, permitindo ao educando construir o saber a partir de experiências reais, valorizando sua cultura e sua vivência. Na EJA, essa metodologia pode ser articulada a temas como saúde, trabalho, agricultura, direitos sociais, entre outros, gerando maior engajamento e participação dos alunos.

A educação intergeracional também se apresenta como uma proposta inovadora, que possibilita a troca de experiências entre alunos de diferentes idades, promovendo o respeito mútuo e a construção coletiva do conhecimento. Essa abordagem é especialmente pertinente em turmas heterogêneas, comuns na EJA, em que jovens e adultos compartilham espaços de aprendizagem e colaboram uns com os outros. Conforme afirma Nóvoa (1992), a construção do conhecimento em ambientes educativos deve ser pautada na interação e na escuta ativa entre sujeitos diversos.

Por fim, a metodologia da sala de aula invertida (*flipped classroom*) também pode ser adaptada para a EJA, considerando as possibilidades tecnológicas e o perfil dos educandos. Nessa abordagem, os conteúdos são explorados previamente fora da sala de aula, por meio de vídeos ou leituras, e o tempo em classe é destinado à resolução de problemas e atividades práticas. Essa estratégia estimula a autonomia do aluno e favorece uma aprendizagem mais ativa e personalizada (Bergmann; Sams, 2016). O uso dessas metodologias, no entanto, requer uma formação docente sólida e contínua, além de políticas públicas que apoiem sua implementação com infraestrutura, tempo para planejamento e recursos pedagógicos adequados. Dessa forma, será possível promover uma educação significativa, inclusiva e transformadora para os sujeitos da EJA.

A valorização dos saberes locais e da cultura das comunidades atendidas é um aspecto fundamental da atuação do docente de EJA. Conforme Freire (1997), a educação deve partir da realidade do educando, respeitando seus conhecimentos prévios e suas experiências de vida. Para os estudantes da EJA, essa abordagem se torna ainda mais essencial, pois garante que o ensino seja significativo e aplicável ao seu cotidiano. No contexto rural, por exemplo, aulas que abordem temas como técnicas de agricultura sustentável, gestão de pequenos negócios ou práticas de cooperativismo podem ser mais atraentes e pertinentes para os alunos, promovendo o desenvolvimento de habilidades práticas que podem ser aplicadas diretamente em suas atividades diárias e em suas comunidades. Nessa linha, a proposta de Dewey (2007), que defende a educação como um processo de “aprendizagem pela experiência”, reforça a ideia de que a educação deve ser conectada com as vivências cotidianas dos alunos, garantindo a relevância e a utilidade do conhecimento transmitido.

Além disso, a atuação do docente de EJA vai além da simples transmissão de

conteúdo. Ela é um meio de promover a cidadania e a participação social, permitindo que jovens e adultos tenham acesso aos seus direitos, possam se envolver de forma mais ativa na vida política e social e se tornem sujeitos transformadores de sua realidade. Arroyo (2005) afirma que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não deve ser vista apenas como uma política compensatória, mas como um instrumento fundamental de transformação social, ressalta que a EJA precisa ser priorizada tanto pelas políticas públicas quanto pela sociedade, reconhecendo sua importância na promoção da inclusão social. A ideia de Paulo Freire (1997) sobre a educação como prática da liberdade também é central nesse processo, pois é por meio da educação que os indivíduos se libertam das condições de opressão e exclusão social, assumindo um papel ativo na transformação de sua sociedade.

Em síntese, a atuação do docente de EJA é repleta de desafios, mas também de enormes possibilidades de transformação. Para que esses profissionais desempenhem seu papel de forma eficaz, é essencial que as políticas públicas invistam na formação contínua, na valorização do trabalho docente e na melhoria das condições de ensino. A EJA tem o potencial de mudar vidas, mas para isso, é preciso que o educador tenha acesso às ferramentas necessárias para trabalhar de forma contextualizada, criativa e transformadora. O futuro da educação de jovens e adultos no Brasil depende do comprometimento e da valorização do papel do professor, que vai muito além de ser um mero transmissor de conhecimento, tornando-se, na prática, um mediador de mudanças sociais e educacionais.

4.1 A Importância da EJA na Educação Brasileira

A importância da EJA transcende a simples alfabetização. De acordo com Arroyo (2005), a EJA não é apenas um meio de adquirir habilidades de leitura e escrita, mas um processo de fortalecimento da cidadania e da participação social. Ao permitir que jovens e adultos adquiram conhecimentos fundamentais, a EJA possibilita que esses indivíduos possam se engajar ativamente na vida política e social, exercendo seus direitos e responsabilidades de forma plena. Arroyo destaca que a educação para jovens e adultos é uma estratégia crucial de inclusão social, especialmente para aqueles que foram historicamente excluídos das oportunidades educacionais na fase regular de ensino. Ao promover a educação de jovens e adultos, o Brasil avança na busca por uma sociedade mais igualitária, em que os

direitos de todos os cidadãos sejam respeitados.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades educacionais e na promoção da inclusão social no Brasil. De acordo com dados do IBGE (2022), o Brasil ainda possui cerca de 11 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais, com uma concentração significativa nas zonas rurais e nas periferias urbanas. Este cenário reflete um histórico de desigualdades no acesso à educação formal, que, ao longo dos anos, tem afetado principalmente as populações mais vulneráveis, como as de baixa renda, comunidades rurais, indígenas, e outros grupos marginalizados. A EJA emerge nesse contexto como uma política pública essencial para garantir o direito à educação e combater o analfabetismo, contribuindo para a transformação social e o desenvolvimento econômico do país.

A falta de investimento em infraestrutura, materiais pedagógicos e formação continuada para os professores são obstáculos recorrentes para a plena implementação da educação de jovens e adultos no Brasil. Por outro lado, iniciativas mais recentes, como o Programa Brasil Alfabetizado, implementado pelo Ministério da Educação (MEC), têm buscado mitigar esses desafios por meio da capacitação de educadores e da inclusão de metodologias inovadoras.

Além da alfabetização, a EJA também é um caminho para a qualificação profissional, o que amplia as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. De acordo com o Banco Mundial (2018), a educação é um dos pilares para o crescimento econômico sustentável, pois aumenta a produtividade e a capacidade de inovação da força de trabalho. No caso da EJA, isso é particularmente significativo, pois ela oferece uma segunda chance para aqueles que, devido a diversos fatores, não conseguiram completar seus estudos na juventude. Ao integrar a formação profissional com a educação básica, programas como o EJA TEC têm se mostrado fundamentais para qualificar profissionais e integrá-los ao mercado de trabalho, o que, em última instância, contribui para a redução das desigualdades econômicas regionais.

O impacto positivo da EJA no desenvolvimento econômico do país pode ser observado, especialmente em regiões mais carentes. A educação, ao capacitar a população, proporciona uma melhoria direta na produtividade e no empreendedorismo local. Em muitas regiões, a educação básica combinada com qualificação profissional torna-se um motor de desenvolvimento local, contribuindo

para o fortalecimento de economias locais e para a criação de novos negócios. Ao garantir o acesso a essas oportunidades, a EJA tem um impacto transformador na vida dos indivíduos e nas comunidades como um todo.

A Educação de Jovens e Adultos é, portanto, uma modalidade de ensino essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao garantir o direito à educação para jovens e adultos, a EJA não apenas promove a inclusão social, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades. Gadotti e Barreto (2009) destacam que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) não deve ser vista apenas como uma política compensatória, mas como um mecanismo de transformação social que precisa ser reconhecido e priorizado pelas políticas públicas, ao valorizar os saberes locais e ao integrar a educação básica com a formação profissional, tem o potencial de promover mudanças significativas na vida dos indivíduos e das comunidades.

Ao fortalecer as políticas públicas voltadas para a EJA, o Brasil estará investindo em um futuro mais inclusivo e equitativo, no qual todos os cidadãos possam exercer sua cidadania de forma plena, com acesso ao conhecimento e às oportunidades que ele proporciona. A EJA, portanto, é não apenas uma política educacional, mas uma estratégia fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi investigar as dificuldades enfrentadas e as contribuições oferecidas pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto das escolas rurais do estado do Piauí. A partir de uma pesquisa bibliográfica e da análise de dados, foi possível constatar que a EJA cumpre um papel estratégico na redução das desigualdades educacionais, sobretudo em contextos rurais historicamente negligenciados pelas políticas públicas. No entanto, os obstáculos enfrentados por essa modalidade exigem atenção urgente e ações específicas que dialoguem com as realidades locais.

Entre os principais desafios identificados, destaca-se a precariedade da infraestrutura escolar nas áreas rurais, que compromete tanto o funcionamento das instituições quanto a permanência dos estudantes. A falta de energia elétrica, água

potável, transporte escolar e materiais pedagógicos adequados ainda constitui um entrave ao direito à educação, agravado pelas longas distâncias entre comunidades e escolas. Para superar essas barreiras, torna-se indispensável a implementação de políticas educacionais que contemplem, entre outras medidas, a flexibilização dos horários escolares e a garantia de transporte e condições dignas de aprendizagem.

Outro aspecto crucial revelado pela pesquisa é a formação e valorização dos docentes, muitos professores que atuam na EJA, especialmente no meio rural, não possuem formação específica para a modalidade, o que prejudica a qualidade do ensino e o vínculo com os estudantes. A alta rotatividade de profissionais e a ausência de incentivos impactam diretamente na continuidade dos projetos pedagógicos. Investir na formação inicial e continuada, bem como na valorização profissional, é essencial para a consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas e significativas.

Apesar das dificuldades, iniciativas como o programa EJA TEC no Piauí demonstram o potencial transformador da EJA quando articulada com a formação profissional. Essa integração entre educação básica e qualificação técnica responde às demandas locais e amplia as possibilidades de inserção socioprofissional dos educandos. Programas como esse evidenciam que, com planejamento, financiamento adequado e compromisso político, é possível avançar significativamente na inclusão educacional de jovens e adultos.

Embora políticas como o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) representem importantes marcos legais, os dados mostram que ainda há um longo caminho a percorrer, sobretudo nas regiões mais periféricas. A superação do analfabetismo e a universalização do ensino dependem de ações coordenadas entre os entes federativos, com prioridade orçamentária, metas claras e acompanhamento contínuo das políticas implementadas.

Em termos mais amplos, a EJA se configura como uma potente ferramenta de fortalecimento da democracia. Ao garantir o acesso à educação para aqueles que foram historicamente excluídos do processo escolar, a modalidade possibilita o exercício pleno da cidadania e a construção de sujeitos críticos e socialmente engajados. Mais do que ensinar a ler e escrever, trata-se de promover a leitura do mundo e a possibilidade de transformá-lo.

Diante dos desafios expostos, é imprescindível que a EJA seja compreendida como parte de um projeto emancipador de sociedade. A educação de jovens e adultos não pode ser tratada apenas como política compensatória, mas como estratégia essencial para a promoção da justiça social, da equidade e do desenvolvimento sustentável. O futuro da EJA no Brasil dependerá do compromisso coletivo de gestores, educadores e sociedade civil na luta pelo direito à educação em todas as etapas da vida.

Ao investir em políticas públicas consistentes e duradouras para a EJA, o Brasil estará reafirmando seu compromisso com um projeto de nação mais inclusivo e democrático, onde ninguém seja privado do direito de aprender, a EJA representa mais do que uma oferta educacional, se configura como expressão de resistência, oportunidade de mudança e instrumento de esperança para populações historicamente excluídas.

Essa investigação corrobora a relevância da EJA como política de Estado e como instrumento de fortalecimento democrático, pois garante a grupos historicamente excluídos o direito ao conhecimento, à participação cidadã e à melhoria das condições de vida. Sua contribuição para a área de estudos reside em atualizar o debate sobre a EJA rural, oferecer subsídios à formulação de programas ajustados às especificidades regionais e reafirmar a importância de articular o ensino básico com a qualificação profissional e com ações voltadas ao fortalecimento das comunidades locais.

Algumas limitações foram identificadas ao longo deste trabalho, como a ausência de relatórios anuais ou publicações sistemáticas por parte dos órgãos públicos municipais sobre a EJA na cidade de Parnaíba, o que dificultou a realização de uma análise longitudinal dos avanços dessa modalidade de ensino. Além disso, o fechamento de turmas da EJA em diversas unidades escolares, com a justificativa de centralizar o atendimento em apenas algumas escolas, comprometeu o acesso de muitos estudantes, principalmente dos que vivem em regiões afastadas e enfrentam a ausência de transporte apropriado para chegar até as instituições de ensino. Tais fatores limitaram o aprofundamento da investigação local e evidenciam a necessidade de futuras pesquisas que possam suprir essas lacunas, por meio de estudos etnográficos, avaliações de impacto de programas como o EJA TEC e análises sobre o uso de tecnologias digitais no enfrentamento das barreiras geográficas que dificultam o acesso à educação no meio rural.

Os resultados apontam para recomendações concretas: manutenção ou reativação de escolas nas próprias comunidades ou, quando isso não for viável, oferta de transporte regular gratuito; criação de programas permanentes de formação inicial e continuada de docentes voltados às especificidades do campo; financiamento estável para infraestrutura e materiais didáticos; e estabelecimento de sistemas de monitoramento que tornem visíveis avanços e fragilidades da modalidade. Ao se comprometer com essas medidas, o poder público reafirma a EJA como parte de um projeto emancipador de sociedade, mais do que política compensatória.

Além de contribuir para a compreensão dos principais desafios e contribuições da EJA no meio rural do Piauí, este trabalho também se propõe a servir de subsídio para futuras pesquisas na área da educação, inspirando investigações que aprofundem a realidade da EJA rural em diferentes regiões e proponham modelos de gestão e financiamento capazes de assegurar educação de qualidade a todos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA O GLOBO. Educação. No início dos anos 70, escola do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) na Zona Rural do Rio – 06/09/1971. Acervo O Globo. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/criado-na-ditadura-por-medici-em-1970-mobral-queria-erradicar-analfabetismo-17468183>. Acesso em: 18 abril 2025.

ALMEIDA, M. F. **Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil:** uma análise do Plano Nacional de Educação e suas implicações para as áreas rurais e indígenas. Rio de Janeiro: Editora Educação e Cidadania, 2023.

ARAGÃO, M. C. V. **História e cidadania na Educação de Jovens e Adultos:** a experiência da Escola Frei Anastácio em Parnaíba (1978–2012). 2013. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

ARANHA, M. L. A. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre:** imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2017.

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos:** a formação de educadores e as práticas pedagógicas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos:** contribuições para uma educação libertadora. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos:** um campo de direitos e de responsabilidade pública. São Paulo: Papirus, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial:** Aprendizagem para realizar a promessa da educação. Washington, DC: Banco Mundial, 2018.

BRANDÃO, C. R. **O que é o método Paulo Freire.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei nº 5.379, de 9 de dezembro de 1967.** Institui o Movimento Brasileiro de Alfabetização. Diário Oficial da União, 9 dez. 1967.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida:** uma metodologia ativa de aprendizagem. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BELUZO, M. F.; TONIOSSO, J. P. O Mobral e a alfabetização de adultos: considerações históricas. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade,** Bebedouro-SP, v. 2, n. 1, p. 196-209, 2015.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

COSTA, F. A. **História e memória das escolas rurais: a educação de jovens e adultos no município de Santana do Araguaia-Pará**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2021. 109 f.

DAY, C. **A educação e a formação do professor: um campo de tensões e desafios**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

DIAS, F. M.; VERAS, R. N.; BRAGA, J. S. A escola multisseriada de Educação de Jovens e Adultos no município de Parnaíba/PI: realidade e desafios. **Revista Fórum Identidades**, Teresina, v. 21, n. 1, p. 203–222, jan./jun. 2022.

DI PIERRO, M.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

DURKHEIM, E. **A educação e a sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

FOTOS E FATOS. **Placa do Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização – em Andradina (SP), no ano de 1972**. X, 14 out. 2018. Disponível em: <https://x.com/FotosDeFatos/status/1051472780942856193>. Acesso em: 18 abril 2025.

FRANÇA, M. V. S. Práticas docentes na Educação de Jovens e Adultos em Parnaíba – PI: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Brasília, v. 9, n. 19, p. 85–101, jul./dez. 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 34. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, A. M.; SILVA, Y. G.; CABRAL, I. S. Educação para jovens e adultos integrada à educação do campo. **Justitia Liber**, v. 2, n. 2, p. 23-29, 2020. Disponível em: <<https://www.cognitionis.inf.br/index.php/civicae/article/view/CBPC2674-6646.2020.002.0005/55>>. Acesso em: 02 fev. 2025.

GADOTTI, M. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2009.

GADOTTI, M.; BARRETO, L. **Educação de Jovens e Adultos: uma abordagem crítica e transformadora**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

GADOTTI, M. **Educação e transformação social**. São Paulo: Cortez, 2009.

GADOTTI, M. **Educação Popular, Educação Social, Educação de Jovens e Adultos: conceitos básicos**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2003.

GANDIN, D. **Currículo e ensino: a prática pedagógica em debate**. Campinas:

Papirus, 2015.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Educação de jovens e adultos: trabalho e cidadania**. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. **Educação de Jovens e Adultos: Políticas e Desafios no Brasil**. Brasília: MEC/INEP, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. **Educação de Jovens e Adultos: experiências, práticas e reflexões**. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, 2000.

IBGE. **Censo Demográfico: características da população**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022: Resultados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2025.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2023: Resultados Preliminares**. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 06 abr. 2025.

LIMA, R. A educação de jovens e adultos no Brasil: novas perspectivas e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, n. 94, p. 102-116, 2019.

LIMA, M. A. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: desafios e perspectivas para a formação profissional e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LIMA, M. P. Políticas públicas de educação no campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): avanços e desafios. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 9, n. 17, p. 15-31, 2014.

LIMA, M. S. L. Educação do campo e políticas públicas: uma análise das práticas escolares e das diretrizes institucionais. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: MEC/SECAD, 2014.

MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 15-33.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo:

Cortez, 2000.

NOGUEIRA, M. **Tecnologias digitais na EJA: potencialidades e desafios**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2022.

NOGUEIRA, A. P. **Educação a distância para jovens e adultos: desafios e potencialidades**. Porto Alegre: Editora Universitária, 2022.

OLIVEIRA, E. N; ARAÚJO, L. F. **Formação docente e os desafios da EJA no campo**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1-18, 2019.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PEREIRA, M. C. **Analfabetismo e políticas públicas no Brasil: uma análise crítica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação. **Encontro fortalece parceria entre Secretaria de Estado da Educação e rede municipal de Teresina**. SEDUC-PI, Teresina, 2023. Disponível em: <<https://www.seduc.pi.gov.br/noticias/noticia/11782/encontro-fortalece-parceria-entre-secretaria-de-estado-da-educacao-e-rede-municipal-de-teresina>>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação – SEDUC. **Educação de Jovens e Adultos: ações em andamento 2023-2024**. Teresina: SEDUC, 2023.

RANGEL, E. A. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil: problema estrutural para o desenvolvimento nacional**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2011.

ROMANELLI, O. O. **História da educação do Brasil (1930/1973)**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

SAVIANI, D. **A pedagogia histórico-crítica e a formação dos professores**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2013.

SILVA, J. P. O impacto da pandemia no ensino de jovens e adultos no Brasil. **Educação em Tempos de Pandemia**, v. 1, n. 1, p. 43-57, 2021.

SILVA, R. L. Impactos da pandemia de COVID-19 na educação de jovens e adultos: desafios e soluções. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, n. 93, p. 123-140, 2021.

SILVA, T. O; SANTOS, J. C; MOURA, L. C. A evasão escolar na EJA: um olhar sobre o município de Parnaíba – PI. *Revista Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 1–17, jan./mar. 2020.

WEFFORT, F. C. Educação e política: reflexões sociológicas sobre uma pedagogia

da liberdade. In: FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.